

A segregação residencial da população economicamente ativa na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, segundo grupos de rendimento mensal*

David Michael Vetter

Harvey (1975) argumenta que a segregação residencial (ou seja, a diferenciação residencial) segundo grupos de rendimento monetário significa di-

ferencial de renda real em termos de acesso às facilidades da vida urbana como água, esgoto, áreas verdes, melhores serviços educacionais e a não-proximidade aos

* Este trabalho foi iniciado em 1976 como parte de uma pesquisa de localização industrial no Estado do Rio de Janeiro sob coordenação de *Carlos Alberto Cosenza* (COPPE/UFRJ), com o apoio financeiro do BNDE. Nesta etapa inicial da pesquisa agradeço a assistência de *Mary Castro*, *Marcel Bursztyl*, *Mauricio F. Mendonça de Aguiar* e *Roberto Petterle*. Na versão aqui apresentada agradeço a ajuda de *Rosa Maria Ramalho Massena*, *Elza F. Rodrigues*, *Dulce M. A. Pinto* e *Luiz Otavio F. Barreto Lima*.

Não deve haver, contudo, nenhuma dúvida quanto à responsabilidade do texto aqui apresentado, que cabe somente a mim.

custos sociais da cidade, como crime, serviços educacionais inferiores, ausência de infra-estrutura, etc. Além de refletir diferenças de renda monetária, a localização residencial implica uma diferença maior ainda no que diz respeito à renda real. Além disso, o autor levanta outras hipóteses, entre elas a de que "as áreas residenciais fornecem meios distintos para a interação social a partir da qual os indivíduos derivam seus valores, expectativas, hábitos de consumo, poder aquisitivo e estados de consciência"¹.

Esta comunicação tem como objetivo principal a análise da segregação residencial da população economicamente ativa (PEA) na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) segundo grupos de rendimento mensal. Nele queremos verificar a existência de uma estrutura centro/periferia, postulada por diferentes autores (Santos e Bronstein, 1978 e Vetter, Massena e Rodrigues, 1979), que é gerada, em grande parte, pela atuação do Estado, especialmente através de sua provisão de infra-estrutura — e que determina, em grande parte, quais grupos vão se apropriar dos benefícios destas ações do Estado (Vetter, 1979). Iremos ainda propor uma regionalização dos municípios e regiões administrativas, Região Metropolitana do Rio de Janeiro que poderia ser útil a outros autores preocupados com o mesmo tipo de problema. Mas, também, no decorrer do presente trabalho, tentaremos não só apresentar os dados numa forma que possa facilitar o seu uso por parte de outros pesquisadores como também destacar certos problemas de sua interpretação devido aos conceitos utilizados.

1 — UMA BREVE DISCUSSÃO DA LITERATURA ESPECÍFICA

Visto que já existem várias apreciações críticas especificamente sobre segregação residencial (Harvey 1975), centraremos a nossa mais em pesquisas sobre este tema realizadas na RMRJ. E, ainda, indicaremos apenas as pesquisas mais recentes que contenham reavaliações críticas da literatura sobre tal tema.

Obviamente, a segregação residencial segundo grupos de rendimento é resultado de um processo histórico. Abreu e Bronstein (1979) fazem uma revisão muito detalhada deste processo da ocupação do espaço urbano da cidade do Rio de Janeiro desde os anos trinta, onde eles destacam o papel do Estado e sua interação com o capital privado. O balanço crítico, feito por eles, da literatura sobre este processo no Rio de Janeiro é provavelmente um dos mais completos.

A ecologia fatorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em processo final de elaboração pelo Departamento de Geografia do IBGE (Pinto *et alii*, 1979) traz uma contribuição importante ao entendimento da estrutura sócio-espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Temos também trabalhos sobre a segregação residencial dos migrantes. Em um destes, Lobato (1976) mostra que não existe uma única porta de entrada para os migrantes, o que comprova os resultados de Vernez e outros sobre diversas cidades na América Latina. Mary Castro (1979) procede a uma análise da segregação residencial dos migrantes, segundo os diferentes grupos de rendimento, e chega à conclusão

¹ Citado e traduzido por Lobato (1979).

de que existe segregação residencial do migrante e de não migrantes dentro de um mesmo grupo de rendimento. Este último trabalho apresenta um reexame exaustivo da literatura sobre migração intra-urbana, bem como da literatura sobre a ocupação do espaço urbano do Rio de Janeiro.

Embora não trate especificamente da segregação residencial, a pesquisa do DEISO (1979) sobre as *Condições de Vida da População de Baixa Renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro* fornece elementos essenciais para o entendimento das forças que produzem a estrutura interna da cidade. O trabalho de Massena (1976) é bem interessante na medida em que analisa a relação entre valorização do solo e a estrutura interna da cidade e em que recorre, para tanto, à distribuição de famílias segundo grupos de rendimento mensal *per capita*, inclusive e exclusive favelas.

Vetter (1975) utilizou os mesmos dados a serem explorados aqui de uma forma mais pormenorizada na análise da distribuição da população economicamente ativa segundo grupos de rendimento. Nesta análise, recorreu-se a uma subdivisão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro em quatro áreas sociais (núcleo, periferia imediata, periferia intermediária e periferia distante), a qual foi apresentada inicialmente pela equipe do IBAM (1975) e mais tarde desenvolvida num trabalho de Nelson dos Santos e Bronstein (1978).

A segregação residencial pode ser vista como uma etapa ou elo em um processo de causação circular, onde a apropriação dos benefícios líquidos gerados pelas ações do Estado é de máxima importância:

Isto decorre em grande parte da distribuição espacial dos benefícios líquidos gerados pela atuação do Estado, que incide sobre a superfície de renda da terra. E

esta superfície influi na segregação residencial da população segundo grupos de renda, que, por sua vez, pode influenciar as ações do Estado nos períodos subsequentes (...) ou seja, uma vez que o poder político está altamente relacionado com o poder aquisitivo, as áreas que apresentam proporções mais elevadas de famílias de alta renda tendem a receber proporcionalmente mais benefícios líquidos das intervenções do Estado, de modo a enriquecer seus proprietários através da capitalização do excedente fiscal no valor da terra, o que vai dificultar o acesso de famílias de menor renda ou resultar mesmo na expulsão delas (Vetter 1979, p. 6-7).

Vetter, Massena e Rodrigues (1979) ilustram este argumento utilizando dados dos investimentos em água e esgoto.

2 — ANÁLISE DOS DADOS

Os dados sobre rendimento mensal da população economicamente ativa (PEA) provêm de tabulações especiais do Censo Demográfico de 1970 feitas pela pesquisa do Ministério do Interior sobre Migrações Internas (1975). Como sublinha Ramonaval (1977, p. 26), os dados do Censo de 1970 sobre rendimento monetário “são, em grande parte, a renda recebida regularmente, assim como os salários, empregador *pro labore*, honorários de profissionais liberais, soldos, comissões, gratificações, gorjetas etc.” E, portanto, estes dados “não incluem os ganhos de capital, empréstimos de instituições bancárias”, etc.

Os limites dos grupos de rendimento que foram apresentados originalmente nestas tabulações em cruzeiros de 1970 foram convertidos em unidades do salário mínimo

de 1970². As unidades de análise espacial são 22 das 23 regiões administrativas (RAS) do Município do Rio de Janeiro (aí não se incluiu a ilha de Paquetá por ser diferente das demais) e 12 dos 13 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (já que foi excluída Mangaratiba por falta de dados).

Considerando-se que a região administrativa da Barra da Tijuca foi somente criada após o Censo de 1970, os dados aqui apresentam-na como parte da região administrativa de Jacarepaguá. Porém, uma vez que a população desta nova região administrativa era muito pequena em 1970, a distorção criada deve ser mínima. Embora a variância-intra seja relativamente alta nestas unidades de análise, achamos razoável utilizá-las, visto que a variância-inter é ainda maior.

Cumpra aqui notar algumas características destes dados que devem ser levadas em conta em sua interpretação. Uma delas é que alguns trabalhadores de baixo rendimento moram no local do trabalho (tais como empregadas domésticas, porteiros e trabalhadores da construção civil), o que aumenta a concentração de pessoas de baixo rendimento em zonas de alto rendimento, considerando-se que eles são tidos como moradores destes bairros.

Também devemos lembrar que o agrupamento da PEA em famílias tem grande impacto sobre o rendimento total da família e, por isso, sobre a localização, já que influi sobre a capacidade de se pagar por uma habitação. Por exemplo, cinco pessoas economicamente ativas podem juntas somar seus salários para morar em bairros ditos "mais nobres". Com a definição de família do Censo, este grupo de até cin-

co pessoas morando juntas em um domicílio particular seria considerado uma família, mesmo sem haver ligação de parentesco entre os moradores. Além disso, por vezes, indivíduos moram em casas ou apartamentos com níveis de densidade domiciliar extremamente altos (haja vista o elevado número de pessoas por cômodo), conseguindo, desse modo, o acesso àqueles bairros mais "nobres", conforme demonstra a fascinante pesquisa de Velho (1978) sobre conjugados em Copacabana. Por isso, a variável rendimento familiar *per capita* utilizada por Massena (1976) é provavelmente superior, na medida em que mostra o rendimento em relação ao tamanho familiar.

Note-se também que as favelas estão incluídas nas tabulações. Embora tivesse sido interessante separar a PEA que reside em favelas, a exclusão somente de favelas e não de outros tipos de habitação de famílias de baixo rendimento — tais como casas de cômodos, "cabeças-de-porco" e loteamento periférico — não parece muito coerente em termos de análise de segregação residencial. Cabe lembrar que somente 26,3% das famílias com rendimento mensal de até um meio salário mínimo *per capita* moravam em favelas em 1970 (ver DEISO 1978).

Todas estas características dos dados a serem analisados mais detidamente explicam a tendência para uma proporção — maior do que seria normalmente esperada — de pessoas de baixo rendimento residentes em zonas onde é mais elevada a concentração da população economicamente ativa de rendimento maior, ou seja, um nível menor de segregação residencial segundo grupos de rendimento.

² Uma vez que esta divisão foi feita depois das tabulações, os limites das classes em salário mínimo não são exatos. Os limites nas tabulações (em cruzeiros de 1970): Até 100, 101-200, 201-500, 501-1000, 1001-1500, 1501-2000 e 2001 ou mais.

As tabelas I.1, I.2 e I.3 no anexo I apresentam a distribuição de PEA segundo grupos de rendimento mensal não só por unidade de análise espacial (regiões administrativas e municípios) como também por cinco zonas sociais. Para a definição destas zonas foram utilizados alguns dos conceitos de Carlos Nelson dos Santos e Olga Bronstein (1976) em conjunto com os resultados da pesquisa de ecologia fatorial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (Pinto *et alii*, 1979). Nossa idéia era chegar a zonas contíguas, relativamente homogêneas internamente e também capazes de refletir as melhores condições de vida no núcleo e nas áreas em seu redor. Utilizando-se estes critérios (i.é. homogeneidade sócio-econômica e localização em relação ao núcleo), foram definidas cinco zonas: núcleo, zona de transição, periferia imediata, periferia intermediária e periferia distante. As tabelas no anexo I apresentam as RA's e municípios incluídos em cada zona.

A zona de transição, a única acrescentada àquelas definidas por Nelson dos Santos e Bronstein, foi criada para designar as RA's e um município (Niterói) que apresentavam níveis de rendimento, condições de vida e acesso ao centro um pouco inferiores àquelas localizadas no próprio núcleo, porém consideravelmente superiores às encontradas na periferia imediata. Embora o grau de heterogeneidade no interior destas cinco zonas (variância intra) seja relativamente alto, é menor do que a diversidade existente entre elas (variância inter). Além disso, as mesmas facilitam a apresentação dos dados, permitindo uma visão global. Na verdade, a heterogeneidade não se apresenta apenas a nível das zonas, mas também a nível das unidades espaciais de análise. Este último problema pode ser, em par-

te, contornado pela utilização de unidades de análise menores e mais homogêneas, como foi feito por Pinto *et alii* (1979), onde o emprego do distrito censitário como unidade espacial de análise tornou possível a separação tanto das favelas como do distrito sede dos municípios periféricos. Nossas tabulações não permitiram, contudo, análise de tal nível de desagregação espacial.

De qualquer maneira, estas zonas foram utilizadas somente para apresentação de alguns resultados, pois a própria análise dos dados foi feita a nível dos municípios e regiões administrativas através de três índices da distribuição espacial da PEA: o de similaridade, o de segregação e o de concentração espacial dos diferentes grupos de rendimento.

O primeiro destes índices mostra o grau de similaridade entre as distribuições percentuais da PEA por grupos de rendimento mensal nas unidades da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, ou seja:

$$IS_{jk} = 1,0 - \left[\frac{\sum \text{Valor Absoluto}(P_j^i - P_k^i)}{200,0} \right] \quad (1)$$

onde

IS_{jk} = índice de similaridade entre os grupos de rendimento mensal j e k nas unidades espaciais;

P_j^i, P_k^i = a percentagem (vertical na tabela I.2 no anexo I) da PEA total da região metropolitana dos grupos de rendimento j e k concentrada na unidade espacial i.

Este coeficiente de similaridade varia entre zero e 1,0, correspondendo aquele à dissimilaridade completa e 1,0 à similaridade com-

pleta entre as duas distribuições³. Em outras palavras, um coeficiente de 1,0 significaria que as percentagens da PEA de dois grupos em cada unidade espacial da Região Metropolitana do Rio de Janeiro seriam de todo iguais, isto é, exatamente similares.

A tabela 1 apresenta os índices de sibiilaridade para os 9 grupos de rendimento mensal utilizados nesta pesquisa. Note-se que as distribuições dos cinco primeiros grupos (desde aquele sem rendimento até o de 1,6 a 2,7 salários mínimos) são bem similares, como atestam os coeficientes que variam entre 0,82 e 0,92. Como era de se esperar, as distribuições de cada um destes cinco grupos de baixo rendimento e a distribuição do grupo de maior rendimento (mais de 10,7 salários mínimos) são bem dissimilares, conforme demonstram os índices que variam entre 0,31 e 0,45.

O segundo índice calculado foi o de segregação, o qual mostra a

associação entre a distribuição relativa da PEA da Região Metropolitana em um grupo de rendimento (j) nas unidades espaciais e a distribuição relativa da PEA nos demais grupos de rendimento, ou seja:

$$SEG_j = \left[\frac{\sum \text{Valor Absoluto } (P_j^i - P_k^i)}{200,0} \right] \quad (2)$$

onde,

SEG_j = índice de segregação (Duncan-Duncan) da PEA do grupo de rendimento j.

P_jⁱ = Ver equação 1;

PR_kⁱ = Distribuição relativa da PEA total da região metropolitana fora do grupo de rendimento j concentrada na unidade espacial i.

TABELA 1

Índices de similaridade e de segregação para a distribuição da população economicamente ativa, segundo grupos de rendimento na região metropolitana do Rio de Janeiro em 1970

GRUPOS DE RENDIMENTOS (Salários mínimos)	(1) SEM RENDI- MENTO	(2) ATÉ 0,5	(3) MAIS DE 0,5 A 1,1	(4) MAIS DE 1,1 A 1,6	(5) MAIS DE 1,6 A 2,7	(6) MAIS DE 2,7 A 5,3	(7) MAIS DE 5,3 A 8,0	(8) MAIS DE 8,0 A 10,7	(9) MAIS DE 10,7	(10) ÍNDICE DE SEGREGAÇÃO (DUN- CAN- DUN- CAN)
1) Sem rendimento.....	1,00	0,83	0,86	0,87	0,92	0,70	0,56	0,45	0,31	0,18
2) Até 0,5.....	0,83	1,00	0,88	0,82	0,83	0,80	0,70	0,59	0,45	0,13
3) Mais de 0,5 a 1,1.....	0,86	0,88	1,00	0,89	0,85	0,76	0,64	0,52	0,39	0,15
4) Mais de 1,1 a 1,6.....	0,87	0,82	0,89	1,00	0,92	0,80	0,64	0,49	0,35	0,13
5) Mais de 1,6 a 2,7.....	0,82	0,83	0,85	0,92	1,00	0,87	0,59	0,54	0,39	0,11
6) Mais de 2,7 a 5,3.....	0,70	0,80	0,76	0,90	0,87	1,00	0,81	0,65	0,49	0,16
7) Mais de 5,3 a 8,0.....	0,55	0,70	0,64	0,64	0,69	0,81	1,00	0,84	0,65	0,29
8) Mais de 8,0 a 10,7.....	0,45	0,59	0,52	0,49	0,54	0,65	0,84	1,00	0,80	0,43
9) Mais de 10,7.....	0,31	0,45	0,39	0,35	0,39	0,49	0,65	0,80	1,00	0,50

³ Este é 1 (um) menos o índice de segregação de Duncan. Ver Pettele (1976), Lindgren (1973) e Becker e Oliveira (1976).

Como no caso do índice anterior, o valor de SEG_j varia entre zero e 1,0, correspondendo 1,0 à segregação total do grupo em apreço em relação ao resto da PEA e zero a uma falta absoluta de segregação (isto é, distribuições iguais no grupo j e no resto da PEA, encontradas nas unidades de análise espacial). Um problema apresentado na interpretação deste índice aqui discutido é que ele é fortemente influenciado pelo peso dos cinco primeiros grupos que, como foi visto acima, têm distribuições bem similares. Em outras palavras, a comparação de um dos grupos de baixo rendimento com a PEA comprova uma segregação relativamente baixa, principalmente porque este grupo não é segregado em relação aos outros grupos de baixo rendimento. Essencialmente por esta razão, o índice de segregação dos cinco primeiros grupos é relativamente baixo. Como já se previa, embora a segregação se torne mais acentuada a partir do sétimo grupo, o grau de segregação do grupo de maior rendimento foi mais alto (0,58).

O último índice calculado foi o de concentração (também conhecido como índice de Shevsky-Williams-Bell). Este índice mostra a percentagem da PEA total, de uma unidade espacial i , no grupo de rendimento j , em relação a esta percentagem para este grupo a nível da região metropolitana. Este índice é diferente dos outros já apresentados, pois é calculado para cada unidade espacial:

$$IC_j^i = \frac{PER_j^i}{PERT_j}$$

onde,

IC_j^i = índice de concentração para o grupo de rendimento j na unidade de análise espacial i ;

PER_j^i = a percentagem da PEA no grupo de rendimento j na unidade de análise espacial i ;

$PERT_j$ = a percentagem da PEA no grupo de rendimento j na região metropolitana.

Um índice de concentração igual a 1,0 significa que a percentagem da PEA abrangida no grupo de rendimento em questão é maior do que aquela da região metropolitana. Por exemplo, se a proporção da PEA de Campo Grande no grupo de rendimento j for igual a esta proporção ao nível da região metropolitana o IC_j^i seria 1 (hum). Se o IC for maior do que 1,0 a proporção nesta unidade espacial no grupo de rendimento j será maior do que a concentração neste grupo ao nível da região metropolitana. E, finalmente, se for menor do que 1,0, a concentração da PEA no grupo j na unidade espacial será menor do que ao nível da região metropolitana. Por exemplo, se a proporção da PEA de Campo Grande no grupo de rendimento j for igual a esta proporção ao nível da região metropolitana o IC_j^i seria 1 (hum). Se o IC for maior do que 1,0 a proporção nesta unidade espacial no grupo de rendimento j será maior do que a concentração neste grupo ao nível da região metropolitana. E, finalmente, se for menor do que 1,0, a concentração da PEA no grupo j na unidades espacial será menor do que ao nível da região metropolitana. Um IC de 0,50, por exemplo, significa que a proporção da PEA no grupo de rendimento é metade daquela da região metropolitana. Encontram-se estes índices na tabela I.4 (anexo I).

Os mapas 1_a, 1_b e 1_c delineiam o padrão de distribuição espacial destes índices para três grupos de rendimento: mais de 0,5 a 1,1 sa-

lário mínimo, mais de 1,6 a 2,7 salários mínimos e mais de 8,0 a 10,7 salários mínimos. A PEA no primeiro grupo mapeado está altamente concentrada na periferia distante. O grupo de 1,6 a 2,7 salários mínimos está mais concentrado na periferia imediata, enquanto o grupo de 8,0 a 10,7 está localizado, em sua maior parte, no núcleo da região metropolitana.

A tabela 2 (a, b, c) apresenta a distribuição da população economicamente ativa, segundo as cinco zonas definidas anteriormente e cinco grupos de rendimento mensal. Os primeiros três grupos de rendimento mais o grupo sem rendimento foram reunidos, uma vez que suas distribuições espaciais se mostram muito semelhantes (ver tabela 1). Da grande percentagem da PEA concentrada no grupo de até 2,7 salários mínimos (1,8 milhões ou 77,4% da PEA) 83,4% estão localizados fora do núcleo. Por outro lado, somente 2,9% (65.377) da PEA na região metropolitana ganhavam mais do que 10,7 salários mínimos em 1970, mas 74,3% da PEA neste grupo de maior rendimento moravam no núcleo. Convém aqui lembrar que o conceito de renda do censo é muito pouco abrangente (ver seção 1.0).

Em resumo, a tabela 2 demonstra que, embora exista um grau relativamente alto de segregação residencial segundo grupos de rendimento, ela está muito longe de ser completa. Existem concentrações bastante altas de pessoas de baixo rendimento no núcleo — 60,0% da PEA nesta zona ganhavam até 2,7 salários mínimos — principalmente devido às razões mencionadas anteriormente: a existência de oportunidade no submercado habitacional de baixo rendimento (favelas, casas de cômodo, etc), o número de trabalhadores que mora mmo próprio local

de trabalho e a opção de morarem muitas pessoas em pouco espaço.

Em geral, encontra-se a PEA de rendimento alto (mais de 2,7 salários mínimos) muito mais concentrada espacialmente do que a que apresenta menos de 2,7 salários mínimos.

3 — A PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO E DISTÂNCIA EM RELAÇÃO AO CENTRO

Uma outra maneira de se investigar esta mesma distribuição seria através da análise da proporção da PEA em um determinado grupo de rendimento como uma função da distância em relação ao centro da cidade. Esta análise foi feita utilizando-se esta proporção como variável dependente e a distância em relação ao centro, como variável independente. A distância foi medida entre os centróides de cada unidade espacial. A tabela 3 apresenta os resultados destas regressões. Na medida em que a forma log-log foi utilizada, a inclinação da curva pode ser vista como uma elasticidade da variável dependente com relação à independente, ou seja, a mudança relativa da variável dependente em relação à da variável independente. Por exemplo, a inclinação da curva ajustada entre a proporção da PEA no grupo de 0,5 a 1,1 salário mínimo e a distância em relação ao centro corresponde a 0,20, ou seja, pode ser interpretada como uma elasticidade e, neste caso, um aumento de 10% na distância em relação ao centro estaria associado a um aumento da proporção da PEA neste grupo de 2,0 por cento. No mesmo sentido, a inclinação da curva

TABELA 2a

População economicamente ativa segundo grupos de rendimento em salários mínimos de 1970 e zonas
1970

ZONAS	GRUPOS DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE 1970					
	Total	Sem Rendimento e com Rendimento até 2,7	Mais de 2,7 a 5,3	Mais de 5,3 a 8,0	Mais de 8,0 a 10,7	Mais de 10,7
TOTAL.....	2 273 892	1 760 244	313 229	85 981	49 061	65 377
Núcleo.....	486 592	292 100	81 995	36 050	27 881	48 566
Zona de Transição.....	532 630	394 325	89 080	24 788	12 827	11 610
Periferia Imediata.....	524 188	418 763	80 827	16 487	5 323	2 879
Periferia Intermediária.....	592 891	528 248	53 925	7 125	2 193	1 400
Periferia Distante.....	137 591	126 808	7 402	1 531	928	922

FONTE: Ver tabela I.1 no anexo I.

TABELA 2b

Percentagem vertical da população economicamente ativa segundo grupos de rendimento em salários mínimos e zonas sociais
1970

ZONAS	GRUPOS DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE 1970					
	Total	Sem Rendimento e com Rendimento até 2,7	Mais de 2,7 a 5,3	Mais de 5,3 a 8,0	Mais de 8,0 a 10,7	Mais de 10,7
TOTAL.....	100,0	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
Núcleo.....	21,4	16,6	26,2	41,9	56,8	74,3
Zona de Transição.....	23,4	22,4	28,4	28,8	26,1	17,8
Periferia Imediata.....	23,0	23,8	25,8	19,2	10,7	4,4
Periferia Intermediária.....	26,1	30,9	17,2	8,3	4,5	2,1
Periferia Distante.....	6,1	7,2	2,4	1,8	1,9	1,4

FONTE: Ver tabela I.1 no anexo I.

TABELA 2c

Percentagem horizontal da população economicamente ativa segundo grupos de rendimento em salários mínimos e zonas sociais
1970

ZONAS	GRUPOS DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS DE 1970					
	Total	Sem Rendimento e com Rendimento até 2,7	Mais de 2,7 a 5,3	Mais de 5,3 a 8,0	Mais de 8,0 a 10,7	Mais de 10,7
TOTAL.....	100,00	77,4	13,8	3,8	2,1	2,9
Núcleo.....	100,00	60,0	16,9	7,4	5,7	10,0
Zona de Transição.....	100,00	74,0	16,7	4,7	2,4	2,2
Periferia Imediata.....	100,00	79,9	15,4	3,1	1,0	0,5
Periferia Intermediária.....	100,00	89,1	9,1	1,2	0,4	0,2
Perifeira Distante.....	100,00	92,1	5,4	1,1	0,7	0,7

FONTE: Ver tabela I.1 no anexo I.

TABELA 3

A proporção da população economicamente ativa em cada grupo de rendimento como a variável dependente e distância ao centro com a variável independente

VARIÁVEL DEPENDENTE	DISTÂNCIA EM RELAÇÃO AO CENTRO (VARIÁVEL INDEPENDENTE) (1)			
	Constante (2)	Inclinação ou b	R ²	t DE b (3)
PROPORÇÃO DA PEA SEGUNDO GRUPOS DE RENDIMENTO EM SALÁRIOS MÍNIMOS (SM)				
Sem rendimento.....	-2,28	0,39	0,50	5,70
Até 0,5 salários mínimos	-1,30	0,26	0,41	4,73
Mais de 0,5 a 1,1 salários mínimos.....	-0,75	0,20	0,47	5,28
Mais de 1,1 a 1,6 salários mínimos.....	—	—	—	—
Mais de 1,6 a 2,7 salários mínimos.....	-0,61	(2)-0,12	0,13	2,18
Mais de 2,7 a 5,3 salários mínimos.....	-0,49	(2)-0,39	0,45	5,08
Mais de 5,3 a 8,0 salários mínimos.....	-0,86	(2)-0,65	0,44	5,02
Mais de 8,0 a 10,7 salários mínimos.....	-1,09	(2)-0,75	0,43	4,92
Mais de 10,7 salários mínimos.....	-1,03	(2)-0,91	0,37	4,33

FONTE: Ver tabela 1:1 do anexo 1.

(1) Análise feita utilizando-se a regressão simples com a função na forma log-log.

(2) Não estatisticamente significativo.

(3) Significativamente diferente de zero ao nível de 0,05; utilizando-se um teste de t bilateral.

ajustada à proporção da PEA no grupo de até 0,5 salário mínimo, correspondente a 0,26, significa que esta proporção sobe 2,6% com cada aumento de 10% na distância em relação ao centro.

Com exceção dos dois grupos de renda situados entre 1,1 e 2,7 salários mínimos, os R quadrados das equações são altos, assim como a própria significância dos coeficientes. Os resultados para estes dois grupos não foram bons, porque se encontram maiores concentrações destes dois grupos na periferia intermediária (ver mapa 1b), e, nes-

te sentido, um outro tipo de função poderia ter sido utilizado. Os sinais são os esperados: positivos para os grupos situados abaixo de 2,7 salários mínimos e negativos para os situados acima.

4 — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os dados comprovam um alto grau de segregação residencial da PEA, segundo grupos de rendimento, porém muito longe de ser completa. Assim sendo, apóiam, até certo ponto, a hipótese da existência de uma estrutura espacial núcleo—prefeitura na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Mas talvez seja mais interessante passar a pensar em termos de um sistema de núcleos e periferias, uma vez que a estrutura interna da cidade parece muito mais variada do que poderia ser explicada por uma simples estrutura núcleo-periferia. Nota-se, por exemplo, tanto dentro da periferia como do núcleo uma variação enorme na segregação residencial, inclusive dentro do mesmo bairro.

Pesquisas futuras sobre segregação devem tomar a família como unidade de análise e o rendimento familiar total e *per capita* como as variáveis principais, uma vez que a decisão residencial é tomada a nível familiar. Seria particularmente interessante avaliar mudanças na segregação residencial segundo grupos de rendimento entre 1970/80, quando os dados do Censo de 1980 estiverem prontos. Análises dos fatores que geram a segregação residencial e de seu impacto sobre a distribuição das condições de vida dentro da cidade também seriam de grande relevância, especialmente com respeito ao papel do Estado neste processo.

TABELA I.1

População economicamente ativa (PEA) por grupos de rendimento mensal, segundo município ou região administrativa (RA) e zonas — RMRJ — 1970

ZONAS E MUNICIPIOS OU RA's	TOTAL	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS MENSIS (Cr\$) (1)									
		Até 0,5	Mais de 0,5 a 1,1	Mais de 1,1 a 1,6	Mais de 1,6 a 2,7	Mais de 2,7 a 5,3	Mais de 5,3 a 8,0	Mais de 8,0 a 10,7	Mais de 10,7	Sem ren- dimento	
Total da RMRJ	2 273 892	223 538	685 796	377 650	439 978	313 229	85 981	49 061	65 377	33 282	
<i>Núcleo</i>	486 592	43 792	123 914	50 016	70 794	81 995	36 050	27 881	43 566	3 594	
RA's de:											
Centro	30 210	1 308	5 951	5 007	7 507	6 840	1 797	839	574	388	
Botafogo	122 418	10 002	30 722	13 247	18 193	21 771	9 325	6 872	11 979	807	
Tijuca	78 595	10 038	17 164	7 685	11 871	13 278	6 034	4 871	6 815	929	
Vila Isabel	62 103	7 645	10 729	6 679	11 974	12 961	5 334	3 174	3 163	444	
Copacabana	115 253	8 923	30 982	8 989	12 970	18 721	9 667	8 307	16 298	399	
Lagoa	78 013	5 876	28 368	8 409	8 269	8 424	3 893	3 909	10 237	628	
<i>Zona de Transição</i>	532 630	53 712	130 802	88 792	114 891	89 080	24 788	12 827	11 610	6 148	
RA's de:											
Santa Teresa	27 673	2 211	6 922	4 515	5 425	5 092	1 486	787	970	265	
Rio Comprido	38 444	2 898	9 472	6 512	7 684	5 988	1 668	968	879	375	
Portuária	18 820	1 199	5 974	4 531	4 315	2 213	245	91	50	202	
São Cristóvão	33 447	2 752	9 827	6 202	7 169	5 179	1 099	527	309	383	
Méier	123 031	10 170	3 088	21 906	28 460	21 631	4 956	2 043	1 271	1 713	
Engenho Novo	68 865	7 277	13 640	9 699	14 884	14 046	4 407	2 380	1 781	771	
Ramos	76 500	6 231	21 445	14 273	17 085	12 242	2 792	1 039	654	739	
Ilha do Governador	35 613	4 138	8 103	5 471	7 118	5 716	2 192	1 157	1 205	413	
Município de Niterói	112 317	16 836	24 538	15 673	22 741	16 973	5 943	3 835	4 491	1 287	
<i>Periferia Imediata</i>	524 188	42 265	147 344	99 561	121 498	80 827	16 487	5 232	2 879	8 008	
RA's de:											
Penha	90 561	7 367	25 603	17 132	20 617	14 410	2 903	893	441	1 155	
Madureira	82 474	6 035	19 000	15 083	20 585	15 511	3 668	1 076	590	267	
Irajá	72 686	5 125	18 000	13 682	17 663	13 324	2 498	851	390	1 107	
Jacarepaguá	70 461	6 652	22 241	12 573	14 215	9 623	2 284	982	815	1 112	
Anchieta	68 090	5 197	19 130	13 890	16 910	9 307	1 804	408	146	1 236	
Bangu	104 592	9 132	31 800	20 584	23 208	13 755	2 666	871	412	2 112	
Município de Nilópolis	35 324	2 757	11 310	6 743	8 300	4 879	664	151	85	417	
<i>Periferia Intermediária</i>	592 891	59 345	220 525	119 143	117 270	53 925	7 125	2 193	1 400	11 965	
RA's de:											
Campo Grande	61 438	6 714	20 166	11 781	12 965	6 619	1 029	329	247	1 588	
Santa Cruz	24 251	3 320	844	4 298	4 270	2 436	437	139	114	794	
Municípios de São Gon- çalo	113 644	10 670	38 788	23 806	24 756	10 790	1 373	480	222	2 758	
Duque de Caxias	120 730	11 408	47 175	23 937	23 360	11 201	1 250	394	229	1 776	
Nova Iguaçu	191 375	20 709	75 566	37 057	34 806	15 975	2 390	683	460	3 729	
São João de Meriti	81 453	6 524	30 386	18 264	17 113	6 904	646	168	128	1 320	
<i>Periferia Distante</i>	137 591	24 424	13 214	20 058	15 545	7 402	1 531	928	922	3 567	
Municípios de:											
Petrópolis	63 017	9 805	27 860	9 355	7 712	4 590	1 142	701	790	1 053	
Maricá	6 648	2 006	2 882	717	567	226	39	13	8	190	
Itaboraí	17 800	3 777	9 451	1 893	1 382	437	63	35	23	719	
Majé	29 657	4 836	13 955	4 980	3 562	1 191	105	65	46	917	
Paracambi	6 006	872	3 087	994	713	252	15	18	16	129	
Itaguaí	14 463	3 128	5 970	2 209	1 609	706	147	96	39	559	

FONTE: Calculados com os dados de Tabulações Especiais da Pesquisa SERFAU, BNH, OIT sobre Migrações Internas.

(1) Exclusivo o grupo com renda não declarada, a RA de Paqueta e o Município de Mangaratiba.

TABELA I.2

Percentagem vertical da população economicamente ativa total em cada grupo de rendimento mensal, segundo municípios ou região administrativa da RMRJ — 1970

REGIÃO ADMINISTRATIVA OU MUNICÍPIO	TOTAL	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS (%)									
		Até 0,5	Mais de 0,5 a 1,1	Mais de 1,1 a 1,6	Mais de 1,6 a 2,7	Mais de 2,7 a 5,3	Mais de 5,3 a 8,0	Mais de 8,0 a 10,7	Mais de 10,7	Sem rendimentos	
TOTAL.....	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
<i>Núcleo.....</i>	21,4	19,6	18,1	13,3	16,1	26,2	41,9	56,8	74,3	10,8	
RA's de: Centro.....	1,3	0,6	0,9	1,3	1,7	2,2	2,1	1,7	0,9	1,2	
Botafogo.....	5,4	4,5	4,5	3,5	4,1	7,0	10,9	14,0	17,6	2,4	
Tijuca.....	3,5	4,5	2,5	2,0	2,7	4,2	7,0	9,7	10,4	2,8	
Vila Isabel.....	2,7	3,4	1,6	1,8	2,7	4,1	6,2	6,5	4,8	1,3	
Copacabana.....	5,1	4,0	4,5	2,4	3,0	6,0	11,2	16,9	24,9	1,2	
Lagoa.....	3,4	2,6	4,1	2,3	1,9	2,7	4,5	8,0	15,7	1,9	
<i>Zona de Transição.....</i>	23,4	24,0	19,1	23,5	26,1	28,4	28,8	26,1	7,8	8,5	
RA's de: Santa Tereza.....	1,2	1,0	1,0	1,2	1,2	1,6	1,7	1,6	1,5	0,8	
Rio Comprido.....	1,6	1,3	1,4	1,7	1,7	1,9	1,9	2,0	1,3	1,1	
Portuária.....	0,8	0,5	0,9	1,2	1,0	0,7	0,3	0,2	0,1	0,6	
São Cristóvão.....	1,5	1,2	1,4	1,6	1,6	1,7	1,3	1,1	0,5	1,2	
Méier.....	5,4	4,6	4,5	5,8	6,5	6,9	5,8	4,1	1,9	5,2	
Engenho Novo.....	3,0	3,3	2,0	2,6	3,4	4,5	5,1	4,8	2,7	2,3	
Ramos.....	3,4	2,8	3,1	3,8	3,9	3,9	3,3	2,1	1,0	2,2	
Ilha do Governador.....	1,6	1,8	1,2	1,4	1,6	1,8	2,5	2,4	1,9	1,2	
Município de Niterói.....	4,9	7,5	3,6	4,2	5,2	5,4	6,9	7,8	6,9	3,9	
<i>Periferia Imediata.....</i>	23,1	18,9	21,5	26,4	27,6	25,8	19,2	10,7	4,4	24,1	
RA's de: Penha.....	4,0	3,3	3,8	4,5	4,7	4,6	3,4	1,8	0,7	3,5	
Madureira.....	3,6	2,7	2,8	4,0	4,7	4,9	4,3	2,2	0,9	2,6	
Jrajá.....	3,2	2,3	2,6	3,6	4,0	4,2	2,9	1,8	0,6	3,3	
Jacarepaguá.....	3,1	3,0	3,2	3,3	3,2	3,1	2,6	2,0	3,1	3,3	
Anchieta.....	3,0	2,3	2,8	3,7	3,8	3,0	2,1	0,8	0,2	3,7	
Bangu.....	4,6	4,1	4,6	5,5	5,3	4,4	3,1	1,8	0,6	5,4	
Município de Nilópolis.....	1,6	1,2	1,7	1,8	1,9	1,6	0,8	0,3	0,1	1,3	
<i>Periferia Intermidiária.....</i>	26,1	26,6	32,1	31,5	26,7	17,2	8,3	4,5	2,1	35,9	
RA's de: Campo Grande.....	2,7	3,0	2,9	3,1	3,0	2,1	1,2	0,7	0,4	4,7	
Santa Cruz.....	1,1	1,5	1,2	1,1	1,0	0,8	0,5	0,3	0,2	2,4	
Municípios de: São Gonçalo.....	5,0	4,8	5,7	6,3	5,6	3,4	1,6	1,0	0,3	8,3	
Duque de Caxias.....	5,3	5,1	6,9	6,3	5,3	3,6	1,5	0,8	0,3	5,3	
Nova Iguaçu.....	8,4	9,3	11,0	9,8	7,9	5,1	2,8	1,4	0,7	11,2	
São João de Meriti.....	3,6	2,9	4,4	4,9	3,9	2,2	0,7	0,3	0,2	4,0	
<i>Periferia Distante.....</i>	6,0	10,9	9,2	5,3	3,5	2,4	1,8	1,9	1,4	10,7	
Municípios de: Petrópolis.....	2,8	4,4	4,1	2,5	1,7	1,5	1,3	1,4	1,2	3,1	
Maricá.....	0,3	0,9	0,4	0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,6	
Itaboraí.....	0,8	1,7	1,4	0,5	0,3	0,1	0,1	0,2	0,0	2,2	
Majé.....	1,3	2,1	2,0	1,3	0,8	0,4	0,1	0,1	0,1	2,7	
Paracambi.....	0,2	0,4	0,4	0,2	0,2	0,1	0,0	0,1	0,0	0,4	
Itaguaí.....	0,6	1,4	0,9	0,6	0,4	0,2	0,2	0,2	0,1	1,7	

FORNTE: Calculados com os dados de Tabulações Especiais da Pesquisa SERFHAU, BNH, OIT sobre Migrações Internas.

(1) Excluído o grupo com renda não declarada, a RA de Paqueta e o Município de Mangaratiba.

TABELA I.3

Percentagem horizontal da população economicamente ativa, por grupos de rendimento mensal, segundo municípios ou região administrativa da RMRJ — 1970

ZONA E REGIÃO ADMINISTRATIVA OU MUNICÍPIO	TOTAL	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS MENSIS (%)								
		Até 0,5 %	Mais de 0,5 a 1,1	Mais de 1,1 a 1,6	Mais de 1,6 a 2,7	Mais de 2,7 a 5,3	Mais de 5,3 a 8,0	Mais de 8,0 a 10,7	Mais de 10,7	Sem rendi- mentos
TOTAL	100,00	9,8	30,1	16,6	19,3	13,8	3,8	2,2	2,9	1,5
<i>Núcleo</i>	100,00	9,0	25,5	10,3	14,5	16,9	7,4	5,7	10,0	0,7
RA's de: Centro	100,00	4,3	19,7	16,6	24,8	22,6	6,0	2,8	1,9	1,3
Botafogo	100,00	8,2	25,1	10,8	14,8	17,8	7,6	5,6	9,4	0,7
Tijuca	100,00	12,7	21,8	9,9	15,1	16,9	7,7	6,1	8,7	1,2
Vila Isabel	100,00	12,3	17,3	10,7	19,3	20,9	8,6	5,1	5,1	0,7
Copacabana	100,00	7,7	26,9	7,8	11,3	16,2	8,4	7,2	14,1	0,4
Lagoa	100,00	7,5	36,4	10,8	10,6	10,8	5,0	5,0	12,1	0,8
<i>Zona de Transição</i>	100,00	10,1	24,6	16,7	21,6	16,7	4,6	2,4	2,2	1,1
RA's de: Santa Tereza	100,00	8,0	25,0	16,3	19,6	18,4	5,4	2,8	3,5	1,0
Rio Comprido	100,00	7,9	26,0	17,9	21,1	16,4	4,6	2,7	2,4	1,0
Portuária	100,00	6,4	31,7	24,1	22,9	11,7	1,3	0,5	0,3	1,1
São Cristóvão	100,00	8,2	29,4	18,5	21,4	15,5	3,3	1,6	0,9	1,2
Méier	100,00	8,3	25,1	17,8	23,1	17,6	4,0	1,7	1,0	1,4
Engenho Novo	100,00	10,5	19,8	14,1	21,6	20,4	6,4	3,5	2,6	1,1
Ramos	100,00	8,2	28,0	18,7	22,3	16,0	3,6	1,4	0,8	1,0
Ilha do Governador	100,00	11,6	22,8	15,4	20,0	16,1	6,2	3,3	3,4	1,2
Município de Niterói	100,00	15,0	21,9	13,9	20,3	15,1	5,3	3,4	4,0	1,1
<i>Periferia Imediata</i>	100,00	8,1	28,1	19,0	23,2	15,4	3,2	1,0	0,5	1,5
RA's de: Penha	100,00	8,1	28,3	18,9	22,8	15,9	3,2	1,0	0,5	1,3
Madureira	100,00	7,3	23,1	18,3	25,0	18,8	4,5	1,3	0,7	1,0
Irajá	100,00	7,1	24,8	18,8	24,3	18,3	3,5	1,2	0,5	1,5
Jacarepaguá	100,00	9,4	31,5	17,8	20,2	13,7	3,2	1,4	1,2	1,6
Anchieta	100,00	7,6	28,2	20,4	24,8	13,7	2,7	0,6	0,2	1,8
Bangu	100,00	8,7	30,5	19,7	22,2	13,2	2,5	0,8	0,4	2,0
Município de Nilópolis	100,00	7,8	32,0	19,1	23,5	13,9	1,9	0,4	0,2	1,2
<i>Periferia Intermediária</i>	100,00	10,0	37,2	20,1	19,8	9,1	1,2	0,4	0,2	2,0
RA's de: Campo Grande	100,00	10,9	32,8	19,2	21,1	10,8	1,7	0,5	0,4	2,6
Santa Cruz	100,00	13,7	34,8	17,7	17,6	10,0	1,8	0,6	0,5	3,3
Município de: São Gonçalo	100,00	9,4	34,1	21,0	21,8	9,5	1,2	0,4	0,2	2,4
Duque de Caxias	100,00	9,5	39,1	19,8	19,3	9,3	1,0	0,3	0,2	1,5
Nova Iguaçu	100,00	10,8	39,5	19,1	18,2	8,4	1,2	0,4	0,2	1,9
São João de Meriti	100,00	8,0	37,3	22,4	21,0	8,5	0,8	0,2	0,2	1,6
<i>Periferia Distante</i>	100,00	17,7	45,9	14,6	11,3	5,4	1,1	0,7	0,7	2,6
Municípios de: Petrópolis	100,00	15,6	44,2	14,9	12,2	7,3	1,8	1,1	1,2	1,7
Maricá	100,00	30,2	43,3	10,8	8,5	3,4	0,6	0,2	0,1	2,9
Itaboraí	100,00	21,2	53,1	10,6	7,8	2,5	0,5	0,2	0,1	4,0
Majé	100,00	16,3	47,1	16,8	12,0	4,0	0,3	0,2	0,2	3,1
Paracambi	100,00	14,5	51,4	15,1	11,9	4,2	0,2	0,3	0,3	2,1
Itaguaí	100,00	21,6	41,3	15,3	11,1	4,9	1,0	0,6	0,3	3,9

FONTE: Calculados com os dados de Tabulações Especiais da Pesquisa SERFHAU, BNH, DIT sobre Migrações Internas.

(1) Excluído o grupo com renda não declarada, a RA de Paquetá e o Município de Mangaratiba.

TABELA I.4

Índice de concentração (Skevsky-Williams-Bell) por grupo de rendimento mensal, segundo município ou região administrativa da RMRJ — 1970

ZONA E REGIÃO ADMINISTRATIVA OU MUNICÍPIO	GRUPOS DE RENDIMENTO MENSAL EM SALÁRIOS MÍNIMOS MENSAIS								
	Até 0,5	Mais de 0,5 a 1,1	Mais de 1,1 a 1,6	Mais de 1,6 a 2,7	Mais de 2,7 a 5,3	Mais de 5,3 a 9,0	Mais de 9,0 a 10,7	Mais de 10,7	Sem rendimentos
TOTAL.....	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
<i>Núcleo</i>									
RA's de: Centro.....	0,44	0,65	1,00	1,28	1,64	1,57	1,29	0,66	0,88
Botafogo.....	0,83	0,83	0,65	0,77	1,29	2,01	2,60	3,26	0,45
Tijuca.....	1,30	0,72	0,59	0,78	1,23	2,03	2,82	3,02	0,81
Vila Isabel.....	1,25	0,57	0,65	1,00	1,51	2,27	2,37	1,77	0,49
Copacabana.....	0,79	0,89	0,47	0,58	1,18	2,22	3,34	4,92	0,24
Lagoa.....	0,76	1,21	0,65	0,55	0,78	1,32	2,32	4,56	0,55
<i>Zona de Transição</i>									
RA's de: Santa Tereza.....	0,81	0,83	0,98	1,01	1,34	1,42	1,32	1,22	0,65
Rio Comprido.....	0,81	0,86	1,08	1,09	1,19	1,21	1,32	0,84	0,70
Portuária.....	0,65	1,05	1,45	1,18	0,85	0,34	0,22	0,09	0,73
São Cristóvão.....	0,84	0,97	1,12	1,11	1,12	0,87	0,73	0,32	0,78
Méier.....	0,84	0,83	1,07	1,20	1,28	1,06	0,77	0,35	0,95
Engenho Novo.....	1,07	0,66	0,85	1,12	1,48	1,69	1,60	0,90	0,76
Ramos.....	0,83	0,93	1,12	1,15	1,16	0,96	0,63	0,30	0,66
Ilha do Governador.....	1,18	0,76	0,93	1,04	1,17	1,63	1,51	1,18	0,79
Município de Niterói.....	1,52	0,72	0,84	1,05	1,10	1,40	1,58	1,39	0,78
<i>Periferia Imediata</i>									
RA's de: Penha.....	0,83	0,94	1,14	1,18	1,15	0,85	0,46	0,17	0,87
Madureira.....	0,74	0,77	1,10	1,29	1,36	1,18	0,60	0,25	0,72
Irajá.....	0,72	0,82	1,13	1,26	1,33	0,91	0,54	0,19	1,04
Jacarepaguá.....	0,96	1,05	1,07	1,04	0,99	0,86	0,65	0,40	1,08
Anchieta.....	0,78	0,93	1,23	1,28	0,99	0,70	0,28	0,07	1,24
Bangu.....	0,89	1,01	1,18	1,15	0,95	0,67	0,39	0,14	1,38
Município de Nilópolis.....	0,79	1,06	1,15	1,21	1,01	0,50	0,20	0,08	0,81
<i>Periferia Intermediária</i>									
RA's de: Campo Grande.....	1,11	1,09	1,15	1,09	0,78	0,44	0,25	0,14	1,77
Santa Cruz.....	1,39	1,15	1,07	0,91	0,73	0,48	0,27	0,16	2,24
Município de São Gonçalo.....	0,95	1,13	1,26	1,13	0,69	0,32	0,20	0,07	1,66
Duque de Caxias.....	0,96	1,30	1,19	1,00	0,67	0,27	0,15	0,07	1,00
Nova Iguaçu.....	1,20	1,31	1,17	0,94	0,61	0,33	0,16	0,08	1,33
São João de Meriti.....	0,81	1,24	1,35	1,09	0,61	0,21	0,10	0,05	1,11
<i>Periferia Distante</i>									
Municípios de: Petrópolis.....	1,58	1,47	0,89	0,63	0,53	0,48	0,52	0,44	1,14
Maricá.....	3,07	1,44	0,65	0,44	0,25	0,15	0,09	0,04	1,95
Itaboraí.....	2,16	1,76	0,64	0,40	0,18	0,12	0,09	0,04	2,76
Majé.....	1,66	1,56	1,01	0,62	0,29	0,09	0,10	0,05	2,11
Paracambi.....	1,48	1,70	0,91	0,61	0,30	0,07	0,14	0,09	1,47
Itaguaí.....	2,20	1,37	0,92	0,57	0,35	0,27	0,31	0,09	2,64

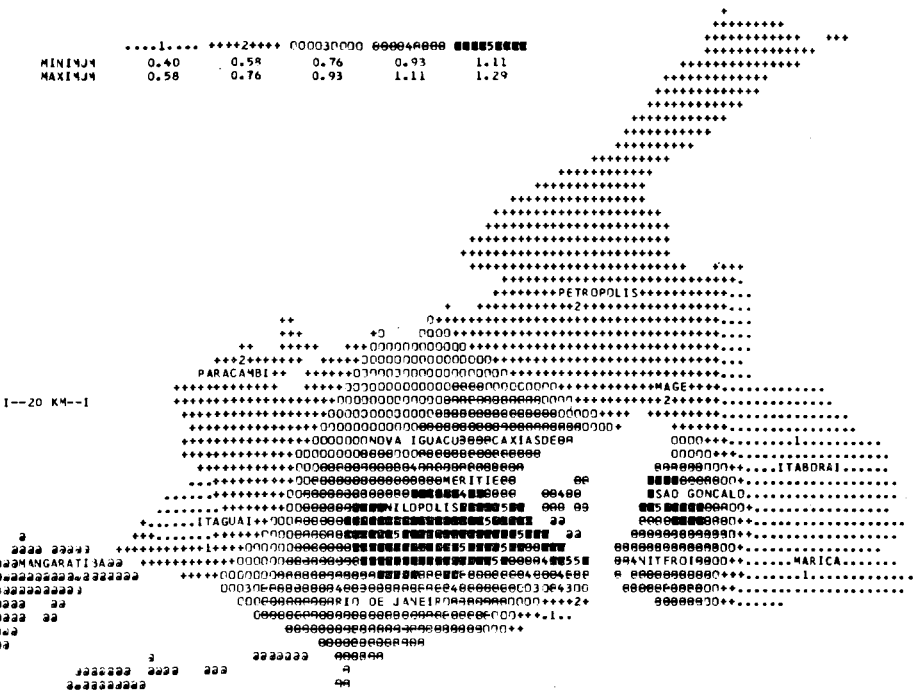
FONTE: Calculados com os dados de Tabulações Especiais da Pesquisa SERFAU, BNH, OIT sobre Migrações Internas.

(1) Excluído o grupo com renda não declarada, a RA de Paquetá e o Município de Mangaratiba.

Mapa 1.a



Mapa 1.b



Mapa 1.c



BIBLIOGRAFIA

- 1 — ABREU, M. de Almeida e BRONSTEIN, Olga — *Políticas Públicas, Estrutura Urbana e Distribuição de População de Baixa Renda na Área Metropolitana do Rio de Janeiro*. Convênio CNPU/IDRC/IBAM. 1979. (inédito).
- 2 — BRASILEIRO, Ana Maria, et alii — *Região Metropolitana do Grande Rio: Serviços de Interesse Comum* (Rio de Janeiro: IPEA, 1976).
- 3 — BECKER, Olga M. S. e OLIVEIRA, Zuleika L. C. de — Proposição metodológica para análise dos diferenciais entre imigrantes e nativos nas áreas metropolitanas do Sudeste, *Revista Brasileira de Geografia* 37(2) 1975, p. 3-158.
- 4 — BEHRENS, Alfredo — *A Distribuição da Renda Real no Contexto Urbano: O Caso da Cidade do Rio de Janeiro*. Tese de Mestrado, EPGE/Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1979.
- 5 — CASTRO, Mary G. — *O Migrante na Cidade do Rio de Janeiro (Um Estudo sobre Padrões de Distribuição Residencial da População)*. Tese de Mestrado. PUR/COPPE/UFRJ, 1979.
- 6 — COSTA, Ramonaval A. — *Distribuição da Renda Pessoal no Brasil: 1970* (Rio de Janeiro: IBGE, 1977).
- 7 — DEISO — Departamento de Estudos e Indicadores Sociais — *As Condições de Vida da População de Baixa Renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro*. SUEGE/IBGE, Rio de Janeiro, 1978.
- 8 — HARVEY, David — *Class Structure in a Capitalist Society and the Theory of Residential Differentiation*, em PEEL, R. et alii (1975).
- 9 — LINDGREN, C. Ernesto S. — *Análise de Dados em Planejamento Urbano e Regional*, Publicação Didática, COPPE/UFRJ, 1973.

- 10 — LOBATO, Roberto — Localização inicial do imigrante na cidade: O caso do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 38(3), 1976.
- 11 — LOBATO, Roberto — Processos espaciais e a cidade. *Revista Brasileira de Geografia* — 1979.
- 12 — Ministério do Interior — *Relatório Estatístico n.º 1-A: Área Migrações Internas*. MINTER, Representação no Rio de Janeiro, 1975.
- 13 — PEEL, M. *et alii* — *Processes in Physical and Human Geography*. (London: Heinemann, 1975).
- 14 — PETERLE, Roberto T. — *Manual para Cálculo de Índices de Dissimilaridade Utilizado em Planejamento Urbano*. COPPE/RJ; 1976.
- 15 — PINTO, Dulce M. A. *et alii* — *Ecologia da Área Metropolitana do Rio de Janeiro*. DEGEO/SUEGE/IBGE, Rio de Janeiro, 1979. Xérox.
- 16 — SANTOS, Carlos Nelson F. e BRONSTEIN, Olga — *Metaurbanização: Rio de Janeiro*. *Revista de Administração Municipal* 25(149), (out./dez. 1978).
- 17 — VELHO, Gilberto — *A Utopia Urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- 18 — VETTER, David M. — The Impact on the Metropolitan System of the Interpersonal and Spatial Distribution of Real and Monetary Income: The case of Rio de Janeiro. *Comparative Urbanization Series*, University of California, 1975.
- 19 — VETTER, David M. — Quem Recebe os Benefícios Líquidos das Ações do Estado nas Áreas Urbanas? Trabalho Apresentado no Seminário Franco-Brasileiro promovido pela Comissão Nacional da UGI, 1979.
- 20 — VETTER, David M., MASSENA, R. M. R. e RODRIGUES, E. F. — Espaço Valor da Terra e Equidade dos Investimentos em Infra-Estrutura Urbana: Uma Análise do Município do Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Geografia*, 41(1/2), 1979.